CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSOS CEE: N°s 1243/83, 1126/83, 1143/82, 1806/82

INTERESSADOS : EDUCANDÁRIO "SANTA HELENA"; P. M. CAMPINAS; COLÉGIO "HORIZONTES", COLÉGIOS INTEGRADOS "OSWALDO CRUZ-PAIS LEME"/CAPITAL

ASSUNTO :CONSULTA SOBRE RECONHECIMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU PARA ESCOLAS QUE NÃO IMPLANTARAM 8 SÉRIES NO 1º GRAU

RELATOR : CONS. GÉRSON MUNHOZ DOS SANTOS

PARECER CEE : N° 1097/84 - CEPG - APROVADO EM 30/07/84

1 - HISTÓRICO:

Trata-se de pedido de pronunciamento do Egrégio Conselho Estadual de Educação, diante de solicitações de reconhecimento de ensino de 1º grau, formuladas por escolas do sistema, que o mantêm incompleto, com proposta de implantação progressiva das oito séries daquele grau, diante do preceituado na Deliberação CEE 18/78 e do preconizado em Pareceres deste Colegiado.

A Equipe Técnica de Ensino Supletivo da Assistência Técnica do Conselho Estadual de Educação encaminhou, à Câmara do Ensino do Primeiro Grau, os Processos CEE 1243/83, 1126/83, 1143/82, 1806/82 e apensos, considerando o problema comum abordado em cada um deles, diante da necessidade, segundo aquela Equipe, de emissão de Parecer elucidativo, por parte do Colegiado, referente ao reconhecimento de cursos ministrados por escolas que, mantendo o 1º grau incompleto, mas possuindo proposta de implantação progressiva das oito séries, que constituem o 1º grau, solicitaram o indispensável reconhecimento, nos termos da Deliberação CEE 18/78, fazendo referências, principalmente, aos termos do Parecer CEE 291/83, a fim de justificar o pedido formulado com as condições de seriação que apresentam.

Fazendo alusão a uma consulta da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, diante dos Pareceres CEE 1124/79 e 2016/82 da eminente Consª Maria Aparecida Tamaso Garcia; do Parecer CEE 291/83 relatado pela nobre Consª Amélia Americano Domingues de Castro e dos Pareceres CEE 286/83 e 287/83, emitidos, respectivamente, pelos nobres Cons. João Baptista Salles da Silva e Gérson Munhoz dos Santos, a Equipe Técnica de Ensino Supletivo do CEE considerou que "2.5-s.m.j., o problema das escolas que possuem seriação incompleta e se completam, através de Plano de Implantação Gradativa para assegurar a seriação completa de 8 séries, não está solucionado ainda. Via de regra, a escola se instala com as séries iniciais, partindo muitas vezes da pré-escola e nunca terão no prazo estipulado pela Deliberação CEE 25/79, que alterou a redação pela Deliberação CEE 18/78, em três anos de funcionamento, a seriação completa de 1ª a 8ª série para pedir o reconhecimento. O Parecer CEE tratou, em princípio, de escolas que possuem o ensino de 1º grau de 1ª a 4ª ou de 5ª a 8ª série.

Portanto, o item 4 da consulta da CEI e da COGSP, formulada no Parecer CEE 2016/82, permanece como uma preliminar a ser respondida pela Câmara do Ensino do Primeiro Grau" (fls. 4 Proc. CEE 1243/83 e apensos DRECAP-3 2439/83 e 6048/80).

A questão nº 4, apresentada pela CEI e pela COGSP, foi redigida nos seguintes termos: (Parecer CEE 2016/82): "4 - Como proceder nos casos de curso de 1º grau que, à época fixada pelo art. 4º da Deliberação CEE 18/78, não possuam em funcionamento as 8 séries, por processo de implantação gradativa ou por falta de clientela para algumas séries?"

Em sua apreciação, no Parecer CEE nº 2016/82, a nobre Conselheira Tamaso Garcia assim se referiu à questão acima colocada: "-Deixamos de responder à questão nº 4, pois entendemos que ela poderá ser melhor equacionada ao término dos estudos que a Câmara do Ensino do Primeiro Grau está procedendo com relação ao instituto de entrosagem como forma de integração vertical de escolas incompletas de 1º grau. Para subsidiar aqueles estudos, sugerimos que os Processos CEE ns. 1143/82 e 1806/82 sejam encaminhados àquela Câmara" (Parecer CEE 2016/82).

Os estudos, a que fez referência a eminente Consª Tamaso Garcia, foram desenvolvidos e culminaram na emissão do Parecer CEE 291/83, da nobre Consª Amélia Americano Domingues de Castro, da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, aprovado pelo Plenário deste Colegiado.

Considerando-se as colocações feitas pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo, do Conselho Estadual de Educação, e as questões apresentadas, temos a seguinte situação:

- a) Deliberação CEE 18/78-que disciplinou os pedidos de autorização de funcionamento e reconhecimento;
- b) Parecer CEE 1124/79-que estabeleceu a obrigatoriedade de manutenção e implantação das 8 séries do 1º grau, para que as escolas possam ter reconhecidos os seus cursos pelos órgãos da Secretaria da Educação;
- c) Parecer CEE 1288/81-que reiterou a posição anterior na seguinte colocação:
"... não se justifica, em face da Lei 5692/71, a existência de escolas que não garantam a seus alunos a possibilidade de vaga até a 8ª série do 1º grau";
- d) Os Pareceres CEE 286/83 e 237/83-que foram favoráveis ao reconhecimento de duas escolas com implantação progressiva das 8 séries.
- e) Parecer CEE 291/83-da eminente Consª Amélia Americano Domingues de Castro que deliberou na sua

" Conclusão:

- 1 - Para os fins previstos na Deliberação CEE 18/78, com as alterações feitas pelas Deliberações CEE 17/79, 25/79 e 19/80, as escolas de 1º grau, que ainda não instituíram as oito séries da escola completa de 1º grau, deverão fazê-lo a partir de 1984, nos termos do art. 75 da Lei n. 5692/71, de 11 de agosto de 1971...."

Mais adiante, no mesmo Parecer CEE 291/83, no item 3 de sua conclusão, temos a seguinte redação:

"3_As escola incompletas de 1º grau, em funcionamento, terão o prazo de 90 dias, contado a partir da publicação deste Parecer, para dar entrada, no órgão competente, de plano administrativo-pedagógico referente à forma pela qual pretendem desenvolver o ensino completo de 1º grau de 1984.

- 4 Os pedidos de autorização e de reconhecimento de escolas incompletas de 1º grau serão reexaminados, diante das orientações deste Parecer e obedecerão aos prazos nele estipulados."

2. APRECIÇÃO:

Salvo melhor juízo, os dois Pareceres, os de nºs 286/83 e 287/83, foram emitidos anteriormente ao de nº 291/83 que, posteriormente e, a partir dele, deu nova diretriz ao problema colocado pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo do Conselho Estadual de Educação.

Resta, portanto, e salvo melhor juízo, considerar as colocações feitas nos Pareceres CEE 1124/79 e 1228/81, ambos da nobre Cons^a Maria Aparecida Tamasso Garcia, que foram exarados no intuito de complementar as orientações emanadas da Deliberação CEE 18/78 e, à vista deles, tendo em consideração o Parecer CEE 291/83 e o que ele estatuiu, ponderar se as observações feitas pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo deste Colegiado são pertinentes e, se, sob o ponto de vista da legislação em vigor, estaria ocorrendo alguma eventual incongruência com as orientações contidas nos Pareceres enfocados e exarados por este Colegiado.

A principal preocupação da Equipe Técnica de Ensino Supletivo, na realidade, foi a questão levantada pelo nobre Cons. João Baptista Salles da Silva, no Parecer CEE 286/83, portanto, pronunciamento anterior ao Parecer exarado pela eminente Cons^a Amélia Americano Domingues de Castro, nº 291/83. Aquele Conselheiro, relatando o Parecer acima referido, de nº 286/83, na sua apreciação, o fez nos seguintes termos:

"2.7 o Parecer CEE 1124/79, relatado pela nobre Cons^a Maria A. Tamasso Garcia, considera que "... é importante esclarecer, ainda, com relação ao 1º grau, que o processo

de reconhecimento deve envolver apenas escolas que mantêm as oito séries do 1º grau, quer por si mesmas, quer através de convênios de entrosagem com outras escolas isoladas ou agrupadas, que não estejam vinculadas a escolas de 1º grau completas". Acolhendo o Parecer da ilustre Conselheira aprovado pelo Pleno, consideramos que a obediência ao prazo máximo de três anos estabelecido pelo art. 10 da Deliberação CEE n° 18/78 e com a redação alterada pela Deliberação CEE 25/79, não pode ser cumprida, a não ser que a escola implante, desde o início de seu funcionamento até a 6ª série do 1º grau. Ou deverá iniciar suas atividades com as oito séries do ensino de 1º grau, o que geralmente não ocorre, pois a implantação é progressiva, em face da demanda da clientela" (grifos nossos).

Realmente, a questão do prazo ficou bem explicitada, na medida em que, num lapso já estabelecido, o entendimento do Colegiado foi o de que em três anos a unidade de ensino, autorizada a funcionar, deveria mobilizar-se de modo a ofertar as oito séries do 1º grau, ao cabo daquele período de tempo.

Até então, a questão colocada pelo saudoso Cons. João Baptista Salles da Silva tinha procedência, porém, com a emissão do Parecer CEE 291/83, o problema foi mais profundamente abordado, conforme se pode constatar mais adiante, tendo sido resolvido conforme segue:

A redação da Lei 5.692/71, no artigo 75, inciso III, é a seguinte:

"III - Os novos estabelecimentos deverão, para fins de autorização, indicar nos planos respectivos a forma pela qual pretendem desenvolver, imediata ou progressivamente, o ensino completo de 1º grau".

A nobre Cons^a Amélia Americano Domingues de Castro emitiu parecer normativo e dele, a fim de esclarecer a questão apresentada, há que se considerar o que segue, do Parecer CEE 291/83 que, além normativo, é elucidativo quanto a questão apresentada pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo.

"Neste Conselho parece-nos não haver divergências quanto à necessidade de orientação das escolas incompletas do primeiro grau quanto ao cumprimento da Lei, por ampliação própria ou por convênio. Para alguns, a solução deve ser casuística, mas para outros, entre os quais nos encontramos, cumpre se elaborar, por deliberação, uma norma geral diante da qual poderá a Secretaria da Educação atuar, o que é funcionalmente mais rápido e objetivo",.....::

Mais adiante, aquela eminente educadora afirmou:

"Nenhum dispositivo torna ilegal a escola que não consegue, por si mesma, atingir as oito séries, convenientemente reunidas no mesmo prédio. A Lei refere-se a soluções possíveis e mesmo menciona outras que venham a ser adotadas. Ilegal é impedir o aluno de estudar, é cortar-lhe a possibilidade de prosseguir estudos no primeiro grau".

É mesmo possível que, ao deixar o legislador indeterminado o conceito de entrosagem, o tenha feito deliberadamente como a sugerir certa flexibilidade em sua aplicação. O certo é que, assim, não há impedimento legal expresso, também não há impedimento semântico para que se entenda como forma de entrosagem uma ação cooperativa entre escolas, que, explícita e voluntariamente, estabelecem acordo, convênio ou qualquer outro vínculo, para que os alunos de uma delas possam ser recebidos na outra, sem obstáculo algum (exame, prova, entrevista etc...) para fins de prosseguimento do curso de 1º grau" (grifos nossos).

É, entretanto, na própria Conclusão do Parecer CEE 291/83 que está contemplada a questão reapresentada pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo deste Conselho e referente à questão do exíguo prazo para implantação das 8 séries do 1º grau, visando o reconhecimento da unidade de ensino, como entendeu aquela Comissão e como já houvera mencionado o eminente Cons. Salles da Silva.

Os itens 1 e 2 da Conclusão do Parecer CEE 291/83 têm a redação seguinte:

"1 - Para os fins previstos na Deliberação CEE 18/78, com as alterações procedidas pelas Deliberações CEE 17/79, 25/79 e 19/80, as escolas de 1º grau, que ainda não instituíram as oito séries da escola completa de 1º grau, deverão fazê-lo a partir de 1984, nos termos do artigo 75 da Lei 5692/71 de 11 de agosto de 1971.

2 - As escolas de 1º grau que, por razões justificadas, não tenham condições para atender ao disposto no item anterior, poderão estabelecer termos de entrosagem com outra unidade escolar."

Há que se considerar o que adiante foi exposto pela Srª Consª Relatora.

"3 - As escolas incompletas de 1º grau, em funcionamento, terão o prazo de 90 dias, contado a partir da publicação deste Parecer, para dar entrada, no órgão competente, de plano administrativo-pedagógico referente à forma pela qual pretendem desenvolver o ensino completo de 1º grau de 1984.

4 - Os pedidos de autorização e de reconhecimento de escolas incompletas de 1º grau serão reexaminados, diante das orientações deste Parecer e obedecerão aos prazos nele estipulados.

5 - Os pedidos de instalação funcionamento inicial de escolas incompletas de 1º grau somente serão examinados, além dos requisitos referidos na legislação de ensino, mediante justificativa da

da necessidade social do atendimento escolar previsto e comprovação do caráter assistencial e sem fins lucrativos do estabelecimento.

6 - Os termos de entrosagem terão validade por cinco anos, findos os quais as escolas incompletas deverão reexaminar sua situação, visando a implantação de cursos de oito anos.

7 - As conclusões deste Parecer, contemplando a natureza excepcional dos casos a que se referem, não podem ser entendidas como assentimento a que, na vigência da Lei 5692/71, sejam autorizadas escolas do ensino de 1º grau sem as oito séries previstas na legislação.

Portanto, examinando-se o item 4 e o item 5 da conclusão do Parecer CEE 291/83, temos a considerar que os pedidos de reconhecimento de escolas incompletas de 1º grau poderão ser apreciados nos termos do Parecer, que as mesmas, quando incompletas, poderão apresentar um plano de convênio de entrosagem e que os termos de entrosagem terão validade por cinco anos.

Visando não perpetuar a situação de escola incompleta, o Parecer, ao conceder o prazo de validade de 5 anos, acima referido, intentou impedir que as unidades de ensino fiquem "adaeternum" em situação "equívoca", ou seja, não mantenham por si mesmas o ensino completo de 1º grau eternamente.

No que se refere ao problema de prazo para implantação do ensino completo de 1º grau, na questão colocada pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo deste Colegiado, responde-se conforme segue:

3. CONCLUSÃO:

O Parecer CEE 291/83 concede a possibilidade das escolas oferecerem ensino completo de 1º grau, por intermédio de convênio de entrosagem, que vigorará pelo lapso de tempo de 5 anos. O item 4 da conclusão do Parecer referido contempla a situação colocada pela Equipe Técnica de Ensino Supletivo deste Conselho no que se refere aos pedidos de reconhecimento de escolas, em face dos termos da Deliberação CEE 18/78.

São Paulo, 25 de junho de 1984

A) Cons. Gérson Munhoz dos Santos
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Abib Salim Cury, Arthur Fonseca Filho, Bahij Amin Aur, Gérson Munhoz dos Santos, Luiz Antônio de Souza Amaral, Sólon Borges dos Reis, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná e Sílvia Carlos da Silva Pimentel.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 02 de julho de 1984.

A) Cons. Bahij Amin Aur
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram Votos vencidos os Conselheiros: Antônio Joaquim Severino, José Júlio Lozano, Maria Aparecida Tamasso Garcia, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Renato Alberto Teodoro Di Dio e Roberto Vicente Calheiros.

Apresentaram Declaração de Voto os Conselheiros: Alpinolo Lopes Casali, Antônio Joaquim Severino, Maria Aparecida Tamasso Garcia e Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães.

Sala "Carlos Pasquale", em 30 de julho de 1984.

a) CONS° CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Por que O Conselho Estadual de Educação ainda não baixou ato normativo a respeito da matéria, ficamos a favor da Conclusão do Parecer.

São Paulo, 30 de julho de 1984.

a) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contra o presente parecer por discordar da fundamentação subjacente não eliminada pelo prazo concedido para que a escola complete suas 8 séries. Trata-se de prazo muito longo e que não assegurará o real compromisso das escolas em efetivar esta complementação. A solução, ao contrário, tende a manter um expediente que não consulta aos interesses da educação em nosso Estado.

São Paulo, 30 de julho de 1984.

a) Cons. ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos contrariamente ao parecer pelas seguintes razões:

1- O Parecer não responde à indagação da Secretaria de Educação.

A Secretaria quer saber como compatibilizar o prazo fixado no art. 9º da Deliberação CEE nº 18/78 para que as escolas peçam o reconhecimento (até 3 anos após a autorização) com o tempo necessário para que sejam implantadas as 8 séries do 1º grau, após a autorização.

Acontece que as escolas que iniciam a implantação pela 1ª série só terão alcançado a 3ª série dentro do prazo fixado pela Deliberação. Como a orientação do Conselho Estadual de Educação é a de que só seja concedido o reconhecimento quando todo o 1º grau estiver em funcionamento, como deve a Secretaria de Educação proceder? Deve indeferir o reconhecimento mesmo que as condições de funcionamento atendem às exigências do art. 16 da Lei 4024/61 e art. 5º da Deliberação 18/78?

Parece injusto. Essas escolas têm interesse e até um plano de implantação das 8 séries por si mesmas e não através de convênio de entrosagem com outras escolas.

Como deve a Secretaria de Educação proceder? Essa indagação não foi respondida, pois não nos parecer correto obrigar essas escolas a efetivarem a entrosagem com outras, coisa que este Colegiado, aceita como alternativa, mas não pretende estimular nos termos do próprio Parecer CEE nº 291/83.

Nessas condições nosso voto só pode ser contrário.

Cons^a Maria Aparecida Tamasso Garcia

Em 30 de julho de 1984.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contrariamente ao Parecer, nos termos da Declaração de Voto que apresentei ao Parecer CEE n° 601/81.

"Voto contra a conclusão do Parecer.

Até hoje ninguém me convenceu da interpretação que se dá ao Art. 3° da Lei. Sem embargo da Lei n° 5692/71 ter grandes virtudes, entre aspas, há confusão na sua interpretação e até o induzimento a soluções apenas de viabilidade, às vezes não muito ortodoxas. Até hoje ninguém me convenceu de que o Art. 3° da Lei diga que alguma escola de 1° grau possa não ser de 1° grau, isto é, possa ser metade de 1° grau, 1/3 de 1° grau, 2/3 de 1° grau. Não vejo, no capítulo do ensino de 1° grau, nenhuma válvula que diga que depois da Lei alguma escola possa ter quatro séries de 1° grau. Não vejo no Art. 3° nada que diga que a entrega é para tal objetivo. Poderíamos interpretar como sendo para a reunião de um estabelecimento de 1° grau com um de 2° grau, para formarem todos um bloco do ensino de 1° e 2° graus. Não vejo na Lei que o Art. 3° autorize o que pretende o Parecer. Entendo o seguinte: que a gradualidade da implantação da Lei está sendo mal interpretada. Não pode significar a perpetuidade de soluções transitórias. Então dizer que as escolas podem continuar sendo apenas de 1a. à 4a. série e, através de entrega, termos da 5a. à 8a. séries numa outra escola, mantendo ela, a primeira escola, só 4 séries, realmente, não encontra apoio na Lei. Trata-se de argumentação forçada. Acho que isso, de 1a. à 4a. série, acabou com a Lei. Respeitou-se o que existia antes, mas se determinou, mesmo àquelas escolas anteriores à lei que tendessem para a 8a. série.

Não se defenda por indefensável, que a situação transitória seja transformada em permanente, esquecida a gradualidade de implantação da Lei, citando-se o seu artigo 3° como sustentação para solução que entendo, "data venia" sem qualquer fundamento legal."

Em 30 de julho de 1984.

a) Cons. Moacyr Expedito M.Vaz Guimarães